



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**FAMÍLIA E ESCOLA, ESSA PARCERIA É IMPRESCINDÍVEL
PARA O SUCESSO DE NOSSAS CRIANÇAS E JOVENS**

SARA PATRÍCIA MARTINS RIBEIRO

BELO HORIZONTE, 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**FAMÍLIA E ESCOLA, ESSA PARCERIA É IMPRESCINDÍVEL
PARA O SUCESSO DE NOSSAS CRIANÇAS E JOVENS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, sob orientação da Professora Jacqueline Pereira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

AGRADECIMENTOS

Dedico primeiramente a Deus por me ceder saúde e me guiar nas batalhas, sendo assim, foi possível chegar a essa vitória. A instituição UFMG, em especial aos meus professores Jacqueline da Silva Figueiredo Pereira e Sérgio Teixeira por terem me auxiliado e transmitido seus conhecimentos de uma forma tão acolhedora e sábia, colegas do curso e demais funcionários. Não poderia deixar de mencionar meus familiares e colegas de trabalho da Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel”. A estes Meu Muito Obrigada!

RESUMO

Neste trabalho reflete sobre as relações familiares nos dias atuais e como isso vem afetando o desenvolvimento intelectual, escolar e pessoal das crianças. É uma análise das posturas que os pais/responsáveis estão tomando em relação aos filhos, e qual a responsabilidade que cabe a escola em relação aos mesmos. Em consequência, como essas atitudes influenciam no comportamento que os alunos vêm apresentando em sala de aula e fora dele. Como a escola pode atrair os pais/responsáveis não só para dentro da escola, mas principalmente para a vida escolar dos alunos fora do ambiente escolar.

PALAVRAS-CHAVE : Educação; Participação da família; Ambiente Escolar.

ABSTRACT

In this work reflects on family relationships today and how it has affected the intellectual development, school staff and children. It is an analysis of the attitudes that parents / guardians are taking for their children and for the responsibility that the school has with them, consequently how these attitudes influence behavior has shown that students in the school environment and beyond. As the school can attract parents / guardians not only inside the school, but mainly for school students' lives outside of school.

KEYWORDS: Education; Participation of the family; School environment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	06
3 SITUAÇÃO DA PROBLEMÁTICA NA ESCOLA E ANÁLISES.....	09
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	10
REFERÊNCIAS.....	11
ANEXO.....	13

INTRODUÇÃO

Ao elaborar o PPP (Projeto Político Pedagógico), foi possível observar uma questão bastante discutida para que realmente haja uma gestão democrática, a participação dos familiares nas decisões escolares e na vida escolar dos alunos. Na Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel” a participação dos pais/responsáveis é bastante efetiva. As reuniões para discutir as tomadas de decisão da escola são realizadas pelos membros do Conselho Escolar que possui representantes dos pais/responsáveis, bem como para discutir a situação dos filhos a participação dos pais é bastante significativa com presença quase integral.

Sendo assim, o problema participação da família estaria resolvido, entretanto não é isso que acontece participarem das reuniões ou quando solicitados na escola não os torna família participativa na vida escolar dos alunos, além disso, os pais/responsáveis devem fazer o acompanhamento dos filhos em casa, fora do ambiente escolar.

É fato, que a convivência familiar influencia diretamente no comportamento e desenvolvimento das crianças. A presença e incentivo da família tornam o indivíduo seguro para explorar novos conhecimentos e ter sentimento de responsabilidade com suas atitudes. O aluno que tem seu potencial valorizado em casa tem mais motivação para ser bem sucedido nas atividades escolares que sejam motivo de orgulho para a família. É importante mostrar a criança que os membros familiares, bem como membros escolares, acreditam em seus potenciais.

A participação dos pais/responsáveis nas tarefas escolares dos filhos mostra a eles que se interessam e acompanham o desenvolvimento escolar dele, não sendo necessário assim, que os alunos criem seus métodos para chamar a atenção dos familiares.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A concepção de família vem mudando com o passar dos anos, a imagem de pai, mãe e irmãos, já não molda família. No início dos tempos, em que homens ainda moravam em cavernas, a mãe fazia o papel de transmitir carinho, afeto e cuidados com a criança, não sendo primordial o papel paterno. Mais adiante, a situação se inverte como CENTA (1999, p. 16) comenta, “O homem apoderou-se da direção da casa, convertendo a mulher a sua escrava e simples objeto de reprodução, surgindo, então a família patriarcal”.

Segundo CENTA (1999) foi no século XIX, que o estado começa a interferir no senso de família, criando leis para o casamento, o divórcio, as adoções e os direitos legais dos filhos como herdeiros, porém a mulher continuava numa vida privada, sendo considerada frágil, apesar de ser o centro da família, mas o pai era o chefe familiar. Apenas no início do século XX, começaram os movimentos feministas no Estados Unidos. No Brasil, há evidências que havia uma preferência dos pais em terem filhos homens.

Atualmente, as mulheres se tornaram independentes, estão incluídas no mercado de trabalho, apesar de muitas não ganharem tanto quanto os homens, assim os filhos são carentes de atenção pelo fato de pai e mãe passarem maior parte do tempo fora de casa. Além disso, nos dias atuais é comum vermos pais separados, crianças morando com avós ou tios, casais homossexuais, etc. o que muda um padrão familiar. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2007) menciona no documento: A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades / Superdotação. Volume 3: O Aluno e a Família:

Algumas tipologias de família são genuinamente novas, como famílias de homossexuais ou com filhos concebidos por meio de inseminação artificial, enquanto outras sempre existiram, mas só receberam uma denominação recentemente, como no caso das “famílias reconstituídas”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007, p.16)

Porém, não importa os membros que fazem parte das famílias, o que importa de fato, é a forma com que eles se interagem e como estão contribuindo para a formação cidadã das crianças, garantindo a sobrevivência, o bem estar e a proteção dos filhos,

assim como a preocupação em auxiliar nos direitos educacionais do indivíduo, principalmente na garantia da qualidade de educação. Preparando-os para a vida profissional e pessoal. Sendo que a educação se desenvolve não só em ambiente escolar, como também na sociedade em que ele está inserido, nas relações sociais e familiares como afirma a LDB (2013), na lei nº 9.394, em seu art. 1º considera que:

A educação abrange os processos formativos que desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (LDB, 2013, p.9)

O direito a educação é de todos e obrigatório para as crianças, o dever de garantir que esse direito seja desfrutado com qualidade não é só da escola, a educação deve começar no âmbito familiar, e a escola deve auxiliar a família nessa garantia, assim como a sociedade em que a criança está inserida. Na lei nº 9.394 da LDB, também menciona o dever da família em promover a educação:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDB, 2013, p. 9)

Para isso, é necessário uma parceria entre escola e família. O que acontece nos dias de hoje, é a escola possuindo a responsabilidade de educar e escolarizar as crianças, porém os alunos não realizam suas atividades somente dentro do ambiente escolar, mas principalmente fora dele. COOL, (2004, p. 330) diz que “É óbvio dizer que o ambiente familiar é essencial para o desenvolvimento de qualquer criança”.

De fato, as relações familiares influenciam na vida educacional e pessoal do aluno. É difícil exigir o mesmo desempenho de um aluno que possui uma família bem estruturada de outro que possui problemas constantes. FRAIMEN (1997) menciona umas das dificuldades encontradas nas relações pais/alunos:

Os filhos/alunos, sentindo se abandonados, carentes de atenção e afeto, muitas vezes, como percebemos, acaba por chamar a atenção de seus pais/professores, que ainda inconscientemente, através de notas baixas, do desestímulo nas aulas e mesmo pela agressividade, pois assim seus pais têm que vir a escola “forçados” para receberem orientações e se inteirarem sobre o andamento escolar destes, demonstrando assim algum interesse. (FRAIMEN, 1997, p,19)

Realmente, é o que acontece na atualidade, como já mencionado, os pais saem para trabalhar e deixam seus filhos com pessoas “estranhas”. Assim, as necessidades materiais dessas crianças são sanadas enquanto na maioria das vezes, por falta de tempo, necessidades emocionais como afeto, carinho e atenção são deixadas em segundo plano.

Há também aqueles alunos que além dos problemas citados a cima, convivem com situações como fome, a miséria, conflitos entre os pais e dificuldades financeiras. Nessas condições, FRAIMEN (1997) deixa a reflexão de que o problema se agrava nas escolas públicas:

Que dizer então das escolas públicas nas quais, além de todos esses fatores, há ainda outros problemas tais como a fome, um desemprego em maior escala e mesmo uma formação cultural mais defasada em relação a pais de escolas particulares? (FRAIMEN, 1997, p. 18)

Todos esses fatores não só fere a qualidade da educação dos indivíduos, mas na formação da sociedade em que ele vive. As escolas não estão dando conta de fazer papel de educadores escolares e educadores pessoais. VYGOTSKIY (1984) menciona que:

A educação recebida, na escola, e na sociedade de um modo geral cumpre um papel primordial na constituição dos sujeitos, a atitude dos pais e suas práticas de criação e educação são aspectos que interferem no desenvolvimento individual e conseqüentemente o comportamento da criança na escola (VIGOTSKIY, 1984, p.87).

Nessas condições, as responsabilidades para com os alunos ficam claramente deixadas para a escola. Como afirma SOARES (2015) ao expor os estudos de VASCONCELOS:

É possível perceber nos estudos de Vasconcelos (1989) que cada vez mais os alunos vêm para a escola com menos limites trabalhados pela família. Muitos pais chegam mesmo a passar toda responsabilidade para a escola. (SOARES, 2015, p.1)

Além disso, os pais exigem da escola uma postura autoritária onde neste ambiente o filho terá formação escolar, profissional e pessoal. Entretanto, os pais sozinhos também não conseguirão o desenvolvimento do filho com qualidade, como destaca PAROLIM (2007, p. 14): “sabemos que a família está precisando da parceria das escolas, que ela sozinha não dá conta da educação e socialização dos filhos”.

Está evidente que escola/família tem que trabalhar em parceria, TIPA (1996), também menciona a participação dos pais como primordial:

O interesse e participação familiar são fundamentais. A escola necessita saber que é uma instituição que completa a família, e que ambos precisam ser um lugar agradável e afetivo para os alunos/filhos. Os pais e a escola devem ter princípios muito próximos para o benefício do filho/aluno. (TIBA,1996 pág.140)

As reuniões promovidas na escola auxiliam na participação dos pais na vida escolar de seus filhos instiga o interesse em acompanhar seu desenvolvimento, já que os pais exigem dos alunos grande desempenho, porém não auxiliam nesse processo. VARANI e SILVA (2010) dizem ao perceberem na coleta de dados de sua pesquisa que:

Já as reuniões de pais e mestres, observadas em uma sala de 2ª série da instituição campo, diferenciam-se dos eventos discutidos acima à medida que oferecem aos pais uma maior abertura para a participação e o envolvimento com a escola, pois são os únicos eventos que permitem essa manifestação. (VARANI, SILVA, 2010, p.519)

A escola deve formular estratégias para chamar a atenção desses pais/responsáveis para essa questão. As reuniões onde a participação dos pais é primordial, não devem acontecer apenas para discutirem notas ou decisões da gestão. A participação dos pais em Conselhos Escolares também auxilia para que os mesmos se aproximem da vida escolar dos filhos, participando criticamente do processo educacional. A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (2008) diz que:

Desse modo, o exercício da participação do Conselho Escolar no cotidiano da escola concorre para a instalação de uma prática pedagógica e de uma cultura política, democrática e cidadã, a participação é emancipatória, pois exercita a crítica, à medida que desenvolve a criatividade e, portanto, a transformação para um mundo mais humano. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, 2008, p. 67)

Além disso, torna a gestão escolar mais democrática, pois ao pedirmos participação ativa dos pais, devemos também dar abertura e liberdade para que eles participem das tomadas de decisões da escola.

3 SITUAÇÃO DA PROBLEMÁTICA NA ESCOLA E ANÁLISE

O acompanhamento dos pais na vida escolar dos filhos em casa não está sendo satisfatório, sendo que este é parte fundamental em seu processo de aprendizagem, a educação não se dá apenas no ambiente escolar, mas principalmente fora dele nas relações pessoais, na convivência familiar e em sociedade. Esse problema foi detectado a partir de observações no comportamento dos alunos, que não realizavam a tarefa de casa, falta de interesse nas aulas, e até mesmo pela agressividade, querendo chamar atenção de alguma maneira.

A presença de pais e responsáveis era bastante satisfatória, a maioria comparecia às reuniões quando solicitados, porém alguns alunos continuavam com o mesmo comportamento de desinteresse e a falta de compromisso com as atividades realizadas em casa, faltava acompanhamento desses alunos no ambiente familiar. Daí a necessidade de diagnosticar a vida pessoal dos alunos, como eles se relacionavam fora do ambiente escolar.

Foi possível observar que mesmo com a presença dos pais em reuniões e eventos proporcionados pela escola, o acompanhamento fora da escola estava sendo insuficiente, sendo esse um fator indispensável para formação cidadã das crianças. Faltava acompanhamento da vida escolar dos filhos, o que estavam estudando, se estavam fazendo as atividades em sala, o comportamento deles com os colegas e professores, faltava também incentivo para que os alunos trouxessem a tarefa de casa pronta, por exemplo, o caderno em dia, o capricho com o material, etc. era necessária uma intervenção para que despertasse a atenção desses pais e responsáveis para esse fator primordial na educação e futuro dos filhos. Observou-se alguns aspectos que dificultava essa interação entre pais e filhos. A falta de tempo era o principal motivo, os pais trabalham e os filhos, na maioria das vezes ficam com outras pessoas, avós, tios, babás, etc.

A escola começou a promover eventos, reuniões e palestras que chamavam a atenção dos pais para essa situação problema, unindo-se ao CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), à Prefeitura Municipal de Mercês, foi possível promover palestras com psicóloga sobre o assunto, assim como um acompanhamento individual para os interessados, com médicos para que os pais ficassem atentos a

higiene pessoal dos filhos, entender a importância de manter as unhas cortadas e limpas, cabelos, e o cuidado com a higiene bucal, nutricionistas para auxiliarem a ter uma alimentação saudável, propondo que as refeições fossem uma oportunidade de um momento da família reunida. Promoveu-se também o dia da família com dinâmicas e atividades que filhos e pais realizassem juntos.

É obrigação da família manter um acompanhamento na vida escolar das crianças, tanto quanto o acompanhamento da saúde, da proteção, da higiene, entre outros fatores essenciais para a sobrevivência. POLONIA e DESSEN colocam o acompanhamento escolar como uma tarefa dos pais:

“[...]é tarefa da família criar um ambiente propício para a aprendizagem escolar, incluindo o acompanhamento sistemático e orientações contínuas em relação aos hábitos de estudos e às tarefas escolares” (POLONIA, DESSEN, 2005, p. 307)

Fica claro que a participação, bem como o acompanhamento dos pais na vida escolar das crianças, seja dentro ou fora da escola, é uma forma complementar de promover uma educação com mais qualidade, assim como para a valorização pessoal dos filhos, se sentindo mais importantes e capazes como afirma SOARES (2015, p.7) *“quando os pais acompanham a criança em todo o seu processo de desenvolvimento, esta se sente valorizada e importante na vida de seus pais”* não sentindo a necessidade de chamar a atenção dos pais e professores, criando um pensamento de se mostrarem cada vez mais capazes e admiráveis, aproveitando as oportunidades promovidas pela escola. A união entre família e escola, nesse processo serão todos vencedores!

CONCLUSÃO

Apesar dos pais participarem das reuniões propostas pela escola, falta um acompanhamento dos mesmos na vida escolar fora dela. Não que a presença deles não seja importante, mas uma tem que caminhar com a outra. O acompanhamento em casa e a participação nas reuniões e atividades propostas pela escola. Mesmo porque, os pais que acompanham em casa, mas não participam das atividades escolares, causam um sentimento de desprezo e desinteresse pelo filho.

É possível notar que as escolas estão sobrecarregadas com a ausência dos pais/responsáveis na vida escolar dos filhos e que esses estão sem tempo para se dedicarem aos filhos, que as circunstâncias da atualidade estão impedindo uma aproximação maior entre escola/filhos/pais. Com isso, a educação escolar e formação cidadã das crianças estão perdendo a qualidade.

A escola fracassa sem a família e a família fracassa sem a escola, as duas tem que andar de mãos dadas para garantir a qualidade da educação. Mas cabe a escola chamar a atenção dos pais para esse fato, pois estão alienados com o pensamento de que garantir para os filhos bens de consumo acham que trabalhando muito para promover conforto para os filhos é o mais importante, sendo que na maioria das vezes, estão querendo promover o que não tiveram em sua infância.

Uma das alternativas encontradas pelas escolas são os deveres de casa, com o intuito de aproximar os pais dos filhos. Porém, se deparam com alunos que não fazem em casa as tarefas propostas e quando os pais se interessam em ajudar, não lembram dos conteúdos, as coisas que estudaram não são mais as mesmas ou o nível de escolaridade não é suficiente para conseguirem auxiliar nas lições de casa dos filhos.

Através desse estudo, foi possível perceber a necessidade de promover mais palestras a respeito do assunto relações familiares e sua importância para as crianças, professores formularem atividades onde filhos e pais façam juntos, como exemplo pesquisas relacionadas a coisas que os pais ou avós aprenderam na escola, entrevistas com os pais/responsáveis sobre como foi a infância, esse tipo de atividades que buscam maneiras de unir pais/responsáveis de seus filhos, que são próximos, mas ao mesmo tempo tão distantes.

REFERÊNCIAS

CENTA, M. L. *Reflexões Sobre a Evolução Histórica da Família*. Curitiba: 1999

CONSELHOS ESCOLARES E DIREITOS HUMANOS. – Brasília: Presidência da República; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, Secretária da Educação Básica, 2008.

COOL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. *Desenvolvimento Psicológico e Educação*. 2 ed. Porto alegre: Artmed. 2004.

FRAIMAN, L. P. *A importância da Participação dos Pais na Educação Escolar* – São Paulo, SP : USP, 1997. Disponível em 19/01/2015 <file:///C:/Users/MOACIR/Documents/Sara/familias-pais.pdf>

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 8. Ed- Brasília: 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades / Superdotação Volume 3: O Aluno e a Família*. Brasília :2007. Disponível em 16/01/2015 <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/altashab4.pdf>

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. *Pais e Educadores : quem tem tempo de educar?* Porto Alegre: Mediação, 2007.

POLONIA, A. N. DESSEM, M. A. *Em Busca de Uma Compreensão das Relações Entre Família e Escola*. Universidade de Brasília: 2015

SOARES, J. M. *FAMÍLIA E ESCOLA: Parceiras No Processo Educacional Da Criança*. Macapá: IESAP, 2015.

TIBA, Içami. *Disciplina; limite na medida certa*. 41ª Ed. São Paulo: Gente, 1996 240p.

VARANI, A. SILVA, D. C. *A relação família-escola: implicações no desempenho escolar dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental*. bras. Est. pedag., Brasília, v. 91, n. 229, p. 511-527, set./dez. 2010.

VYGOTSKI L.S. *A Formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

ANEXO



ESCOLA MUNICIPAL “MARIA EUGÊNIA PAIXÃO MACIEL”

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ANTÔNIO FERNANDES NETO
SARA PATRÍCIA MARTINS RIBEIRO

MERCÊS, 2014

ESCOLA MUNICIPAL “MARIA EUGÊNIA PAIXÃO MACIEL”

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do Professor Sérgio Teixeira da Silva do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

MERCÊS, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1. FINALIDADES DA ESCOLA.....	7
1.1. FILOSOFIA DA ESCOLA.....	9
1.2. MISSÃO DA ESCOLA.....	9
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	10
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	11
2.2. Estrutura física.....	12
2.3. Organização financeira.....	13
2.4 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	18
3. CURRÍCULO.....	21
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	21
4.1. Calendário Escolar.....	22
4.2. Progressão Continuada.....	23
4.3. Aproveitamento dos Estudos.....	25
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	27
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	28
6.1. As Situações de Conflito.....	29
6.2. Conflitos entre Crianças.....	30
6.3. Conflitos entre Adultos.....	30
6.4. A Formação de Professores.....	31
6.5. Participação da família.....	31
7. AVALIAÇÃO.....	35
7.1. Avaliação de Desempenho dos Gestores.....	36
7.2. Avaliação de Desempenho dos Professores e demais servidores..	36
7.3. Critérios e Instrumentos de Avaliação e Registros.....	38
7.4. Estudos de Recuperação.....	39
7.5. Classificação e Reclassificação.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41

INTRODUÇÃO

Elaborar a Proposta Pedagógica significa diagnosticar os problemas existentes com o intuito de definir metas e possíveis soluções que precisam ser formadas para alcançá-las, definidos pelas instancias de participação democrática.

Assim, conforme dito por Oliveira (2005),

[...] o PPP deve ser visto como um processo de reflexão e discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias. Rompendo com a rotina burocrática no interior da escola, (OLIVEIRA, 2005, p.2)

Dessa forma, pensamos que o PPP (Projeto Político Pedagógico) de uma escola depende do trabalho coletivo, estando diretamente ligado à sua elaboração, ao Diretor Escolar e Equipe Pedagógica com a participação coletiva de todo o membro da escola que dele participe como: professores, funcionários, pais representantes do Colegiado e do Conselho deliberativo. Tudo isso, torna-se eficiente com o único objetivo que é tornar a escola de amanhã diferente da de hoje, e para isto precisamos ter a consciência clara de uma proposta inovadora que valorize a escola que temos.

Neste caso o PPP (Projeto Político Pedagógico) deve ser realizado de acordo com as características da escola, da comunidade e da realidade em que os alunos vivem. Neste sentido, Oliveira cita como a escola é autora de seu próprio Projeto (2014):

A sensibilização à cultura do registro do pensamento e vivido pela escola; o aumento do interesse da escola em conhecer melhor sua comunidade; a busca de processos mais democráticos e, em especial, o aguçamento da crítica e da autocracia, pautados no respeito às diferenças, em relação às práticas de gestão e à atuação dos órgãos colegiado, dentro e fora da escola, são pontos fundamentais para o avanço democrático e formativo no âmbito das escolas. (OLIVEIRA, 2014, p. 2)

A construção do PPP deve ser feita de forma democrática, deve haver um processo onde os membros escolares participam ativamente das mudanças ocorridas na instituição. Todos devem ter interesse em cativar e manter uma educação de qualidade. Pais que auxiliam na educação escolar dos filhos e escola que se preocupa com a educação pessoal do aluno. Se cada um, gestor, professor, pais, alunos e demais membros da comunidade escolar participar de modo realmente decisivo, conseguiremos melhorar cada vez mais a construção do conhecimento e a participação dos discentes nas decisões sociais.

Souza (2014), diz que nada adianta participar de forma passiva, na hora das tomadas de decisões não opinar ou se sua opinião não for levada em conta nas determinações:

[...] pode significar muito pouco, particularmente se o princípio democrático não estiver sustentado a organização dessas instituições, isto é, de pouco vale a criação de conselhos e conferências e eleições se não há disposição dos profissionais que atuam na escola ou no sistema de ensino, ou dos estudantes e seus familiares , ou mesmo da sociedade em geral, na edição de espaços para o diálogo, nas quais todos, independentemente da condição social ou vínculo com a educação, possam participar, opinando e tendo suas opiniões ouvidas e respeitadas. (SOUZA, 2014, p.4).

O PPP (Projeto Político Pedagógico) de uma escola é muito mais que uma simples organização, é a marca, a identidade da instituição. Nele estão às metas as seres alcanças e como os sujeitos estão se organizando para que isso aconteça com excelência.

Tendo em vista a importância de se cumprir os propósitos da Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel”, torna-se fundamental a construção da Proposta Pedagógica, que se faz ferramenta de gestão democrática e de planejamento inovador, numa dimensão política e pedagógica, voltado para o trabalho coletivo, somados à experiência e participação de todo o segmento na construção de uma identidade própria.

A Proposta Pedagógica como instrumento de representação da escola visa compreender o trabalho educativo em prol da sua eficácia o que implica garantir que sejam traçadas prospectivamente, objetivos, metas e ações, devidamente acompanhadas e avaliadas ao longo do processo de execução.

Ela é o resultado de estudo e reflexão contínuos de toda equipe da escola, visando a atender as necessidades dos alunos e as expectativas das famílias.

A Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel” proporcionará ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, para a sua auto realização, para o exercício da cidadania e prosseguimento de estudos, assumindo como próprias a finalidade da Educação Nacional.

Propõe-se a desenvolver o processo educativo, criando estímulos e condições para a educação de sensibilidade e do raciocínio; o despertar da consciência crítica, para a realização da convivência de pessoas conscientes livres, responsáveis e comprometidas com o bem comum; tratar a educação com o espírito universalista sem distinção de ordem filosófica, política ou religiosa e sem preconceitos de raça, cor ou classe social; a favorecer a oportunidade de acesso a informações atualizadas para que o aluno possa construir seu conhecimento de forma a interagir com o mundo.

A Escola busca promover uma educação de qualidade, e dentro de suas limitações, proporcionar um ambiente agradável para os alunos e acolhedor para os pais, familiares e demais pessoas da sociedade. Onde os professores são livres para criarem metodologias alternativas dentro ou fora do ambiente escolar, bem como a participação de todos os membros escolares nas tomadas de decisões que envolvem assuntos escolares.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel” embasa seus objetivos de acordo com o Art. 22 da Lei de Diretrizes e Bases- Lei 9394/96.

[...] tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável e fornecer-lhe meios para sua progressão e qualificação no trabalho e em estudos posteriores, inspirados nos princípios de liberdade, nos ideais de solidariedade humana, no pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania. (LDBEN,1996, p. 17)

A escola possui um papel fundamental na construção do conhecimento, pois faz parte do processo educativo. Conforme consta no Art.1º da LDBEN/9394/96:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social [...]. (LDBEN,1996, p1).

Esta filosofia consiste na formação do indivíduo para uma vida melhor e saudável, à prática da ética, do respeito, no enriquecimento dos compromissos do dia a dia na escola e na sociedade.

A escola assume o papel indispensável no processo educativo, no intuito de propiciar situações ao pleno desenvolvimento do aluno com valores éticos e culturais tornando-se cada vez mais um cidadão livre e consciente e para que possa conviver bem em sociedade.

Quanto às avaliações externas, os alunos da Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel” vêm apresentando resultados satisfatórios com uma evolução do percentual por padrão de desempenho, fator fundamental no processo de ensino e promoção da equidade escolar.

A instituição buscará o envolvimento da família e da comunidade, e assim deixará de ser um órgão simplesmente estatal para se tornar público, no qual cada decisão tomada deve ser política e pedagógica. Dessa forma, para o sucesso da escola, o vínculo entre família e escola em proveito da educação deve ser permanente.

Pode surgir alguma resistência às mudanças e necessidade de promover ajustes, mas é na discussão coletiva dos participantes do processo escolar, que a escola irá superar conflitos e determinar possibilidades e limites, operacionalizando nas estruturas escolares a tentativa de crescimento pessoal de todos, para facilitar a real aprendizagem do aluno.

Esta é a verdadeira preocupação da escola, que buscará construir valores e conhecimentos que instrumentalizem o aluno para atuar crítica e participativamente na construção de uma sociedade mais justa e com o pleno exercício da cidadania, considerando a própria existência do indivíduo e da comunidade na qual está inserido.

Para concebermos um PPP (Projeto Político Pedagógico) de qualidade devemos estar atentos às necessidades e peculiaridades da escola e sua clientela e estes assuntos perpassam pela gestão e planejamento. Para confirmar citamos Dourado, (2010)

A compreensão teórico-conceitual e a análise da situação escolar em termos de Qualidade da Educação não pode deixar de considerar as dimensões extrínsecas ou extraescolares que permeiam tal temática. Essas dimensões dizem respeito às múltiplas determinações e às possibilidades de superação das condições de vida das camadas sociais menos favorecidas e assistidas. (DOURADO,2010, p.12)

Tal dimensão se atrela diretamente à dimensão socioeconômica justamente porque essa se debruça sobre a questão cultural dos entes envolvidos no processo de construção do conhecimento, ou seja, os alunos. Na perspectiva de almejar qualidade na educação, Dourado (2010), nos informa que:

Portanto, a produção de qualidade da educação, sob o ponto de vista extraescolar, implica, por um lado, em políticas públicas, programas compensatórios e projetos escolares e extraescolares para enfrentamento de questões como: fome, violência, drogas, sexualidade, desestruturação familiar, trabalho infantil, racismo, transporte escolar, acesso à cultura, saúde e lazer, dentre outros, considerando-se as especificidades de cada país e sistema educacional. Por outro lado, implica em efetivar uma visão democrática da educação como direito e bem social, que deve expressar-se por meio de um trato escolar pedagógico que ao considerar a heterogeneidade sociocultural dos sujeitos-alunos seja capaz de implementar processos formativos emancipatórios. (DOURADO, 2010, p.14).

Percebe-se então que a qualidade da educação vai além de técnicas administrativas. Enfrentamos no dia a dia vários fatores que influenciam de maneira negativa no ensino-aprendizagem dos alunos, e isso deve ser levado em conta principalmente na hora da avaliação. Por isso a escola deve preservar um ambiente acolhedor e fraterno para que os alunos se sintam bem e queiram permanecer nela.

1.1. FILOSOFIA DA ESCOLA

Buscamos preservar uma gestão democrática, onde todos participem e se interajam sobre os assuntos administrativos e educacionais. Servir de exemplo para os alunos e sociedade em questões éticas e morais, além disso, trabalhamos em prol de uma educação de qualidade, onde os alunos são educados principalmente para a vida.

1.2. MISSÃO DA ESCOLA

Alcançar a excelência na educação dos alunos, construindo cidadãos éticos, críticos e capacitados não somente para a vida profissional, mas também para os desafios que poderão enfrentar em suas caminhadas.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Antes de mostrar como está organizada a estrutura pedagógica e administrativa da Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel”, vamos entender a diferença entre essas duas estruturas:

Como já mencionado, as escolas possuem dois tipos de estruturas organizacionais, as administrativas e pedagógicas. A estrutura administrativa é responsável pela locação e a gestão de recursos humanos, financeiros e físicos. Assim como os elementos de forma material como, por exemplo, a estrutura física da instituição e sua forma estética, sendo que a compõem os equipamentos e materiais didáticos, mobiliário, repartição das dependências escolares e ambientes livres, cores das paredes, limpeza e saneamento básico.

Já as estruturas pedagógicas representam basicamente, às relações políticas, aos assuntos de ensino-aprendizagem e às de currículo, sendo que incluem o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Um bom gestor deve saber conciliar a estrutura administrativa com a pedagógica, como afirma Formiga, (2007).

O diretor passa ser responsável pela escola em que atua; passa a ser responsável, em forma colegiada, pelo projeto político pedagógico responsável por gerir tanto os processos formativos dos alunos, quanto os recursos administrativos, humanos, financeiros e patrimoniais, bem como a relação com a comunidade. (FORMIGA, 2007, p.20)

A estrutura administrativa e pedagógica da Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel” se faz de modo a garantir a consecução dos objetivos do processo educacional.

2.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

A Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel” está localizada no centro da cidade de Mercês, cuja população é de aproximadamente dez mil habitantes. A Escola conta hoje com 300 alunos, os quais atende nos turnos

manhã, tarde e noite sendo os turnos manhã e tarde os que têm mais alunos em seus quadros. Os alunos da Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel” são oriundos de vários bairros da cidade e da zona rural.

Atualmente a Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel” oferece a Educação Básica: Ensino Fundamental-I (1º ao 5º ano), optando nesta modalidade pelo regime seriado com progressão regular atendendo alunos na faixa etária de 05 a 14 anos e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), para atender aos alunos de faixa etária acima de 15 anos.

Com isso, a instituição escolar compõe-se de um Diretor; dezesseis professores regentes; dois professores eventuais, dois professores recuperadores, três supervisoras, duas orientadoras educacionais, uma bibliotecária, três secretárias e dez serventes escolares.

O diretor responsabiliza pelos serviços administrativos, financeiros e pedagógicos, representando a escola no âmbito de todo processo burocrático.

O docente como agente facilitador do aprendizado, visa estimular as capacidades cognitivas, criativas e afetivas do aluno, o resgate da função social da escola, através de um trabalho reflexivo, pautado no diálogo permanente e na prática de auto avaliação de atitudes e de procedimentos, além da avaliação dos conteúdos.

O serviço de secretária funcionará na própria instituição e organizará a estruturação e o arquivo escolar, registrando sistematicamente os fatos relativos ao estabelecimento e a cada aluno, com o objetivo de assegurar a verificação da identidade, da regularidade e da autenticidade de sua vida escolar ou funcional.

Lembrando que há certa hierarquia por organização das funções, sendo que temos duas opções para encarar esta hierarquia como menciona o Ministério Da Educação, (2005).

O poder é exercido por todos os atores sociais em todas as ramificações da estrutura organizacional. Na dialética do funcionamento da sociedade e das organizações, todos exercemos estrategicamente nosso poder, jogamos nosso jogo, usamos nossas

cartas. Jogo que pode ser jogado na perspectiva individualista – do ganhar algo ou de alguém – ou na perspectiva de um projeto coletivo de vida – do vencer com o outro. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005, p. 10)

Neste pensamento, temos a ideia do bem coletivo, todas as tomadas de decisões são em prol do melhor para os alunos e demais funcionários da escola.

São adotados os seguintes instrumentos para registro da escrituração escolar: Diário de Classe; Livro de Matrícula, Livro de Atas de Resultados Finais, Pastas Individuais de Alunos, Livro de Termos de Visitas de Inspeção, etc. A Pasta individual do Aluno deverá conter: Requerimento de Matrícula; Histórico Escolar e/ou Transferência, Atestados Médicos; etc.

Os serviços de apoio compreendem a Equipe Pedagógica, Biblioteca e serventes, que se responsabilizam pelos trabalhos pedagógicos, da manutenção do patrimônio, da segurança e do funcionamento das diversas atividades da escola.

Quanto ao acervo bibliotecário, estamos renovando-o através do Ministério da Educação, por intermédio do FUNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), acervos formados por obras pedagógicas complementares aos livros didáticos, para uso em sala de aula dos alunos do 1º e 2º anos e acervo literário para atendimento aos alunos do 1º ao 5º anos.

2.2. ESTRUTURA FÍSICA

Quanto à estrutura física da escola, temos quatro andares, o primeiro andar possui a sala da secretária e sala de direção. O segundo a sala da supervisão, a biblioteca, a sala de informática, dois banheiros, a cantina e duas salas de aula. No terceiro andar, temos mais dois banheiros e quatro salas de aula. No quarto andar temos uma sala de aula reserva, para reforço em horário diversificado, etc. e a área de lazer. Sendo que a escola é contemplada com o PROINFO (Programa Nacional de Tecnologia Educacional) que mantém o Laboratório de Informática para o uso dos alunos e professores, que tem seu uso organizado pela Direção da escola com o auxílio da Equipe Pedagógica.

2.3. ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA

A Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel” conta com o apoio dos recursos do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) e é mantida pela Prefeitura Municipal de Mercês, sendo que são as únicas verbas destinadas à escola. A prefeitura é responsável por proporcionar a merenda escolar, a mobília, os materiais didáticos, o transporte dos alunos e o salário dos funcionários. Com o auxílio do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), são feitas reformas, e materiais auxiliares para as salas de aula e demais dependências da escola. Podemos observar que ao longo dos anos esse recurso, apesar de não ser muito, tem nos ajudado significativamente, a cada ano, é evidente as melhorias que a escola apresenta devido a essa ajuda de custo.

2.4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

2.4.1. PROGRAMAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS NAS ESCOLAS

O trabalho com projetos traz para o espaço escolar uma nova forma de perceber o processo de ensino e aprendizagem como afirma Sturion (2014).

Podemos situar os projetos como uma proposta de intervenção pedagógica que “dá a atividade de aprender um sentido novo, onde as necessidades de aprendizagens afloram nas tentativas de se resolver situações problemáticas. Um projeto gera situações de aprendizagens ao mesmo tempo reais e diversificadas. Possibilita, assim, que os educandos, ao decidirem opinarem, debaterem, construam sua autonomia e seu compromisso com o social”, formando-se como sujeitos culturais. (STURION, 2014, p.1)

Um projeto cria situações diversificadas de aprendizagem e é sempre uma atividade intencional com objetivos claros. Assim, a escola procura

trabalhar com projetos, com uma possibilidade de utilizar uma metodologia que concebe o ensino-aprendizagem tendo como sujeitos o saber, o fazer e o ser.

O aprender passa por uma visão fragmentada, descontextualizada e sem sentido para uma visão mais integradora contextualizada e significativa.

Nessa metodologia o aluno participa, opina, busca alternativa para a solução dos problemas e contribui para o desenvolvimento do projeto educativo em suas diversas formas. Essa prática pedagógica tem como característica a construção do conhecimento a partir do contexto, integrada às experiências e conhecimentos prévios dos alunos.

Os projetos foram elaborados e aplicados de acordo com a faixa etária e desenvolvimento cultural dos alunos, como menciona Sturion (2014):

Uma Pedagogia de Projetos pode ser utilizada nos diferentes níveis de escolaridade, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Em cada grupo de ensino essa proposta pedagógica irá deparar-se com as especificidades do grupo etário, da realidade circundante, das experiências anteriores de alunos e professores. (STURION, 2014, p.3)

São desenvolvidos os seguintes projetos na escola:

I- Patrimônio Cultural; tem como objetivo a valorização dos bens presentes dentro da cidade e da comunidade em que os alunos vivem. Para que eles conheçam a importância destes patrimônios e tenha uma visão de preservá-los. Permitindo aulas externas e visitas a patrimônios, a educação não se dá apenas entre as quatro paredes de uma sala de aula, educação vai muito além, esse projeto permitiu aos alunos visitarem lugares que às vezes alguns já conheciam, mas não davam o devido valor.

II- Meio Ambiente; com o intuito de conscientização dos alunos, para que os mesmos repassem esse conhecimento aos pais e demais pessoas da sociedade. De fato, as crianças devem estar cientes dos problemas ambientais e quais as atitudes que agravam o problema e quais ajudam a amenizá-lo.

III – Projeto de Leitura “HORA DO CONTO”, promover a leitura aos alunos de modo interpretativo, os alunos devem saber ler e entender o que

estão lendo, assim como o gosto pelos livros. Criticamente, os discentes devem identificar informações implícitas e explícitas em um texto, entre outras riquezas existentes no mundo das palavras.

IV – Paz é a gente que faz promover um sentimento de igualdade entre os alunos, entre si mesmos, com os professores e demais funcionários da escola, assim como com quaisquer outros grupos sociais existentes fora do ambiente escolar.

V – Copa do Mundo, o projeto da copa permitiu trabalhar com a interdisciplinaridade. A matemática, com as figuras geométricas, o português com as leituras sobre o tema, a geografia com a localização no mapa dos países participantes, a ciência com a alimentação que os jogadores levam e a importância dos exercícios físicos para a saúde, enfim todas as disciplinas voltadas para um mesmo assunto. Com isso, foi possível quebrar as barreiras entre as disciplinas, sendo que os alunos não conseguiam visualizar nenhuma ligação entre as mesmas.

A organização pedagógica tem o intuito de sempre buscar a melhoria da educação, novos métodos de ensino que chame a atenção, faça com que os alunos gostem e se sintam acolhidos no estar no ambiente escolar, trazendo a realidade em que eles vivem para dentro da sala de aula, mostrando a eles que a educação escolar vai além daquelas quatro paredes.

A carga horária para funcionamento da escola está prevista na Grade Curricular elaborada pela Secretaria Municipal de Educação e aprovada pela SRE (3ª Superintendência Regional de Ensino). O Projeto Político Pedagógico da “Escola Municipal Maria Eugênia Paixão Maciel”, traz informações valiosas acerca da organização pedagógica desenvolvida na escola, das quais pode-se citar as seguintes:

- a) Reuniões quinzenais para formação continuada visando maior interação e troca de experiências.
- b) Reuniões bimestrais para elaboração do planejamento;
- c) Conselhos de classe com a direção, professores e pedagogos realizados por bimestre para verificação de aproveitamento de ensino. O Conselho de Classe tem como objetivo avaliar as

dificuldades e apontar soluções para alunos e turmas que necessitam de atendimento diferenciado;

d) Reuniões administrativas semestrais para sanar problemas da Escola no que se refere à parte administrativa e a financeira da escola, como aquisição de materiais e equipamentos necessários para manutenção do prédio escolar.

e) Reuniões bimestrais e quantas se fizerem necessárias com pais, tendo em vista o desenvolvimento dos alunos onde são discutidas melhorias na qualidade do ensino apresentados em tabelas e gráficos por disciplinas visando maior participação e interação dos mesmos no processo educacional;

f) Comunicado aos pais sobre decisões ou mudança no calendário escolar, festividades, dentre outros;

g) Reuniões bimestrais para entrega dos boletins escolares com a presença da diretora, participação de pedagogos, professores e pais com a finalidade de apresentar assuntos referentes ao desempenho escolar dos alunos;

h) Redefinir e organizar o currículo escolar a partir de discussões embasadas nos Parâmetros Curriculares e realidade dos alunos.

i) Proporcionar igualdade de oportunidade aos alunos com necessidades especiais para o acesso e permanência na escola;

j) Propiciar cursos de atualização e capacitação para funcionários e professores, com temas relacionados ao trabalho e relação interpessoal; (PPP, 2012, p.40).

Mediante as ações citadas, a gestão democrática na escola visa uma participação coletiva para que todos os envolvidos no processo possam juntos, discutir, refletir e sanar parcialmente questões inerentes ao processo atual da educação municipal. E ao desenvolvimento intelectual, social, moral e afetivo de nossos alunos e professores para que possam atuar conjuntamente na relação aprender e ensinar com qualidade, desenvolvendo as habilidades de ambas as partes. Como afirma Domingues e Gusso (2014).

A gestão escolar implica o ato de gerir, administrar, organizar e liderar pessoas, recursos e ações, a fim de promover diálogo e interação capazes de oportunizar tomada de decisão colaborativa, participativa e corresponsável, na qual eleger como finalidade a aprendizagem significativa e a formação humana. (DOMINGUES, GUSSO, 2014, p.3)

Nesse pressuposto, a escola busca realizar reuniões com professores, de acordo com o calendário escolar e com as necessidades apresentadas no âmbito das decisões coletivas, em relação à aplicação dos recursos do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), no intuito de consolidar ações que visem à melhoria da qualidade de ensino, na formação docente e na aprendizagem dos alunos.

O Conselho de Classe será um dos instrumentos para avaliar o desempenho dos alunos e planejar as atividades na escola, e será constituído pelos professores, diretora e pela equipe pedagógica da Escola.

Quanto à organização das atividades sociais e culturais na escola ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação e da Direção Escolar, visando socialização e entrosamento entre todos os educadores, sendo realizadas periodicamente.

A gestão escolar influencia esta relação através de projetos, oficinas, jogos, palestras, reuniões, festas, etc. onde pais, alunos, professores e toda equipe escolar se reúnem e trabalham juntos em prol da melhoria da qualidade do ensino.

No que se refere à parte Pedagógica, prioriza-se o trabalho coletivo a partir de reuniões para elaboração do planejamento e de projetos, aproveitando o momento do encontro para fazermos uma reflexão e avaliação dos trabalhos desenvolvidos como também a troca de experiências visando à participação de todos os envolvidos no processo educacional.

Compete aos serventes executarem a limpeza geral, abrangendo móveis, janelas, máquinas, pisos e a higienização das instalações utilizadas.

Para uma maior organização a escola conta com o apoio do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente (CTDCA), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Núcleo de Apoio da Saúde da Família (NASF), Programa de Saúde da Família (PSF), trabalho esse em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e com as famílias, oferecendo especialistas

como psicóloga e fonoaudióloga como também assistente social nos casos de evasão escolar ou falta de estruturação familiar.

A Biblioteca tem o objetivo de complementar todas as atividades pedagógicas da Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel”, com a finalidade de estimular a leitura na escola e na comunidade; enriquecer o processo de aprendizagem, através das consultas em seu acervo, acesso às informações e desenvolvimento de trabalhos de pesquisa. Será mantida, na Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel” e na Escola Municipal “Dona Chiquinha” o acervo próprio com livros adequados à faixa etária acondicionados nos “Cantinhos de Leitura”.

No entanto, todos os membros da escola devem estar cientes e participativos das decisões existentes em qualquer área da escola, tanto administrativa quanto pedagógica. Assim teremos uma forma de gestão democrática que é de suma importância em qualquer escola como afirma Cury, (2010):

A gestão democrática como princípio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares públicas, é a forma dialogal, participativa com que a comunidade educacional se capacita para levar a termo, um projeto pedagógico de qualidade e da qual nasçam “cidadãos ativos” participantes da sociedade como profissionais comprometidos. (CURY, 2010, p.11)

3. CURRÍCULO

A proposta curricular da Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel” leva em consideração a concepção do educando e da sociedade que se quer formar, assegurando o tratamento interdisciplinar e contextualizado dos conteúdos sendo cada tópico de ensino-aprendizagem analisado nas suas relações com as necessidades de cada aluno. Como menciona MOREIRA.

O objetivo maior cabe destacar, na contextualização e na compreensão do processo de construção das diferenças e das desigualdades. Nosso propósito é que os currículos desenvolvidos

tornem evidentes que elas não são naturais; são ao contrário, “invenções/construções” históricas de homens e mulheres, sendo portanto passíveis de serem desestabilizadas e mesmo transformadas. (MOREIRA, 2007, p.30)

Neste sentido, a organização do trabalho escolar, a postura de educadores e a forma de organização dos conteúdos, além de conhecimentos, experiências e habilidades inerentes às matérias fixadas na base Nacional Comum, devem considerar uma parte diversificada de acordo com a realidade da escola. Em outras palavras, assegurar o tratamento interdisciplinar e contextualizado dos conteúdos, sendo cada tópico analisado nas suas relações com as questões sociais e econômicas do contexto passado e vigente, permitindo ligação de alguma forma ao dia a dia do aluno e a outros conteúdos. MOREIRA, afirma que:

Pode-se, todavia, sugerir que se coloque um horizonte a produtividade de uma permanente tensão entre as disciplinas, explorando-se ao máximo as possibilidades de trocas de experiências e vivências dos autores que as constroem. (MOREIRA, 2000, p. 128)

Portanto, para alcançar o êxito necessário à aprendizagem, o currículo precisa de vivência, realidade e observar “as necessidades” dessa nova geração.

Ademais, a produção de conhecimento nas proposições curriculares, no âmbito escolar; levará em consideração os Temas Transversais que serão contemplados em todas as disciplinas através de projetos, como exemplo de projetos a serem desenvolvidos futuramente na escola, elencou-se os seguintes: projeto sobre uso de agrotóxicos, projetos sobre prevenção de drogas, projetos ligados ao trânsito. A pedagogia de projetos contribui muito para a aquisição de novos conhecimentos. Partindo deste pressuposto, Lopes (1992), nos diz que:

O processo de seleção da cultura, materializado no currículo e, em especial, nos conhecimentos a serem trabalhados, deve estar intimamente relacionado à experiência de vida dos alunos, não como mera aplicabilidade dos conteúdos ao cotidiano, mas como possibilidade de conduzir a uma apropriação significativa desses conteúdos. Como afirma Lopes, “essa relação, inclusive mostra-se como condição necessária para que ao mesmo tempo em que ocorra a transmissão de conhecimentos, proceda-se a sua reelaboração com vistas à produção de novos conhecimentos” (LOPES, 1992, p.3)

A preparação para o trabalho desenvolver-se-á integrada aos conteúdos da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada, como elemento da formação integral do aluno. A história e cultura Afro-brasileira e dos Povos Indígenas Brasileiros serão ministrados principalmente através dos conteúdos das disciplinas de Língua Portuguesa, História e Artes.

O conteúdo de Ensino Religioso está voltado para a prática de valores éticos ressaltando o respeito a si próprio e ao outro. Ainda em relação aos conteúdos, a LDB, em seu artigo 9º estabelece que:

[...] em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (LDB, 2013, p.13).

Um dos trabalhos desenvolvidos pela escola para melhoria da aprendizagem, na parte diversificada em Literatura Infanto-Juvenil está direcionado ao projeto de leitura desenvolvido através da “hora do Conto”. Este projeto é realizado quinzenalmente onde cada professor realiza, juntamente com seus alunos, dramatizações voltadas para obras literárias explorando suas essências de forma prazerosa, criativa e similar tendo como finalidade despertar o gosto pela leitura e pelas artes.

Diante de várias situações-problemas, demandas e datas comemorativas, a escola buscará meios de articular o tempo a fim de discutir e

refletir o trabalho com projetos onde certamente trará uma nova perspectiva para entendermos o processo de ensino-aprendizagem.

Ao participar de um projeto, o aluno estará envolvido em uma experiência educativa em que o processo de construção do conhecimento estará integrado às práticas educacionais a serem trabalhadas ao longo do ano letivo. Já é prática da escola elaborar como objetivo prioritário, uma forma de diagnosticar os problemas provenientes do processo de aprendizagem, criando assim um plano emergencial, realizado com todos os professores. E que conseqüentemente são assessorados pelo corpo administrativo e pedagógico da escola.

Para tanto, estamos apostando na utilização de outras metodologias, onde os professores terão seus conteúdos ressignificados, propondo um trabalho investigativo e implementando a pedagogia de projetos com real significado na escola.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

4.1. CALENDÁRIO ESCOLAR

O calendário escolar terá por finalidade a previsão dos dias e períodos destinados à realização das atividades curriculares, ou seja, duzentos dias letivos anuais, quarenta semanas, cinco dias letivos semanais, módulos/aula de trinta minutos cada, carga horária anual de oitocentas horas. Serão observadas as normas legais vigentes em âmbito nacional e estadual e especificará: início e término dos períodos letivos e escolares; e períodos de planejamento e matrícula; férias dos professores e alunos; feriados e recessos; recuperação; os dias destinados a comemorações cívicas, sociais e religiosas.

Considera-se como dia letivo aquele em que professores e alunos desenvolvem atividades de ensino-aprendizagem juntos independentes do local onde sejam realizadas. Sendo que se considera como dia escolar aquele

em que são realizadas atividades de caráter pedagógico e/ou administrativos, com presença obrigatória, apenas, do pessoal docente, técnico e administrativo.

O calendário escolar deve estar de acordo com o Artigo 12 da LDB, (2013):

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II – administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III – assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV – velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V – prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; (LDB, 2013, p.14).

Quanto ao inciso quinto, temos alguns meios de recuperar e promover os alunos com menor rendimento escolar, valorizando a capacidade individual de cada um.

4.2. PROGRESSÃO CONTINUADA

A progressão continuada, presente na LDB nº 9394/96, artigo 32, parágrafo 3, é o recurso que permite o desenvolvimento do currículo, dentro de um mesmo nível de ensino, de forma contínua, partindo do ponto em que o aluno não sabe e revendo conteúdos já vencidos pelos alunos. O regime de Progressão Continuada implica maior compromisso da escola para com a aprendizagem do aluno, uma vez que, a ela cabe a responsabilidade de garantir ao aluno as condições para que ele aprenda, utilizando-se da competência de seus profissionais dos recursos pedagógicos ao seu alcance, do auxílio da família e do apoio da comunidade escolar. Na LDB 2013, Artigo 32, menciona a importância da participação da família no ambiente escolar, sendo a sociedade como parte dos responsáveis pela garantia da educação de qualidade, deve se manter informada sobre a frequência dos alunos, bem como os órgãos competentes:

VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII – informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

VIII – notificar ao conselho tutelar do município, ao juiz competente da comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. (LDB, 2013, p.15)

Será obrigatória a frequência a todas as atividades escolares e o comparecimento do aluno será computado para fins de promoção. Para que não haja infrequência às aulas, a escola informará aos pais e responsáveis sobre a frequência dos alunos e apurará as causas de infrequência visando saná-las.

O controle de frequência está de acordo com o Regimento Escolar da Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel” (2012):

O controle de frequência dos alunos é de responsabilidade do professor, sendo que todos, pais, membros da escola e sociedade, deve garantir a permanência do mesmo na escola. Será considerado evadido o aluno que sem justificativa permanecer faltoso por período igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) dos dias letivos anuais computados consecutivamente ou não. Para fins de aprovação do aluno exige-se a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total. (Regimento Escolar, 2012, p.47)

Tem sua matrícula cancelada o aluno que, sem justificativa, não comparecer à escola até o 20º (vigésimo) dia consecutivo após o início das aulas, ou a contar da data da efetivação da matrícula, se esta ocorrer durante o ano letivo. A comunidade escolar, autoridades competentes e demais interessados buscarão meios de se informar os motivos pelos quais o aluno

não compareceu e se necessário encontrar meios de resgatá-lo para o âmbito escolar.

A aceleração de estudos é a forma de propiciar aos alunos com atraso escolar a oportunidade de atingir o nível de desenvolvimento correspondente à sua idade. Alunos com atraso escolar são aqueles que se encontra com idade superior a que corresponde à série, período ou ciclo que estejam cursando. Para estes alunos a escola desenvolverá projetos, que busquem oferecer condições para superarem o problema.

O avanço escolar é a forma de propiciar ao aluno, que apresente nível de desenvolvimento acima de sua idade, a oportunidade de concluir em menor tempo séries, períodos, ciclos ou etapas. Aluno com desenvolvimento superior é aquele que apresenta características especiais, como altas habilidades e comprovada competência.

Por se tratar de formas especiais de avaliação e progressão, a direção da escola designará comissão, conforme sugere o regimento escolar e no item sobre classificação e reclassificação, não só para diagnosticar a necessidade de aplicação desses recursos, como também para proceder à avaliação que cada situação requer. De acordo com o Artigo 24 da LDB, (2013):

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I – a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; II – a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita: a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola; b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas; c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;(LDB, 2013, p.18)

A reclassificação permitirá ao aluno o seu reposicionamento em período diferente do indicado no Histórico Escolar. Na decisão de reclassificação do aluno deverá haver uma comissão, presidida pela direção da escola composta ainda por dois professores e Coordenador Pedagógico. Caberá a Comissão Especial diagnosticar a necessidade de aplicação da reclassificação do aluno; proceder à análise, acompanhamento e avaliação de cada situação; classificar o aluno ao nível correspondente revelado durante as estratégias desenvolvidas para seu reposicionamento; planejar atividades a partir da proposta de programação de estudos; orientação do professor, se necessário; avaliar o aluno através de entrevistas, provas e trabalhos; classificar o aluno conforme desempenho revelado.

A reclassificação será apenas oferecida em casos especiais, a fim de se resguardar o mínimo previsto e exigido, quanto ao ensino presencial.

4.3. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Na Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel” procura-se aproveitar o estudo considerando os cursos e as atividades desenvolvidas pelos estudantes, na própria instituição e ou em outras. Contempla-se o ajustamento pedagógico que é feito mediante a apresentação de documento escolar referente a séries, períodos, ciclos, etapas ou componente curricular no qual o aluno obteve aprovação.

O objetivo da adaptação é ajustar o aluno ao novo plano de estudos e ao novo currículo, possibilitando-lhe o prosseguimento de estudos ao nível subsequente. E o aproveitamento dos estudos será feito de conforme está no Regimento Escolar da Escola Estadual “Professor Teodoro Coelho” (2012)

O aproveitamento de estudos pode ser feito, mediante apresentação de documento escolar referente às séries, períodos, ciclos, etapas ou componente curricular no qual o aluno obteve aprovação; por deliberação de uma comissão da própria escola, que classifique o candidato no nível correspondente ao seu desempenho no caso de

estudos não formais, não o isentando, porém, do cumprimento do quadro da grade curricular oferecido pela escola. (REGIMENTO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL “PROFESSOR TEODOROCOELHO”, 2012, p.1)

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A estrutura administrativa e deliberativa da “Escola Municipal Maria Eugênia Paixão Maciel”, é composta por diversos setores formados por: docentes, discentes, supervisores, orientadores, comunidade externa, secretaria, diretoria e colegiado. A Secretaria Municipal de Educação possui caráter preponderante, no que se refere à estrutura deliberativa.

Neste sentido, para tomada de decisões, haverá reuniões bimestrais e quantas se fizerem necessárias, de cunho administrativo, financeiro e pedagógico envolvendo todo segmento escolar para discussão e formulação de medidas mais efetivas na melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Tudo isso, para que as decisões sejam tomadas em equipe, distribuindo as responsabilidades e descentralizando as informações das mãos exclusivamente dos dirigentes. Conforme endossado por Gonçalves e Carmo (2001):

[...] verificamos que o valor das tomadas de decisões em grupo é visto como uma das mais importantes dimensões de liderança e ao serem tomadas em grupo, descentraliza a responsabilidade dos resultados, atribuindo maior segurança aos participantes e facilita a realização das ações. (GONÇALVES, CARMO, 2001, p.54)

Nas reuniões são abordadas questões de planejamento, interação com o grupo, entrega dos resultados de avaliações bimestrais, prestação de contas e questões de relevante interesse no dia a dia escolar. Esta estratégia, contribui para o bom funcionamento da instituição, visando participação ativa no processo de decisão e fortalecimento as relações interpessoais no espaço escolar, requisito essencial para uma gestão democrática. Sendo que todos devem ter poder de decisão como afirma Japencanga, (2001):

A democracia não surge por acaso, bem como as escolas democráticas. Resultam de muitas lutas, conflitos e esperanças de uma sociedade, de escolas alternativas. Vale salientar que compreendemos a participação como um processo em que todos aqueles diretamente envolvidos têm o direito de tomar decisões no interior de dadas organizações. (JAPECANGA, 2001, p. 46)

A escola conta com o apoio do colegiado para definir as prioridades e alternativas, na sua construção coletiva procura trabalhar os conflitos e os desafios que encontram no desenvolvimento da educação escolar.

O Conselho Escolar é um colegiado com membros de todos os segmentos da comunidade escolar com a função de gerir coletivamente a escola dentro dos princípios de democracia, discutir politicamente os problemas reais da escola. De cunho deliberativo, consultivo, normativo e fiscalizador. É composto por representantes e seus respectivos suplentes: Presidente (diretor), Secretário, Tesoureiro, Três Conselheiros (pais de alunos), Professores e Auxiliares de Serviços Escolares. Sendo que o Conselho Escolar tem sua importância para concretização da gestão democrática, como afirma Gracindo, (2007):

O Conselho Escolar, entre outros mecanismos, tem papel decisivo na gestão democrática da escola, se for utilizado como instrumento comprometido com a construção de uma escola cidadã. Assim, constitui-se como um órgão colegiado que representa a comunidade escolar e local, atuando em sintonia com a administração da escola e definindo caminhos para tomar decisões administrativas, financeiras e político-pedagógicas condizentes com as necessidades e potencialidades da escola. (GRACINDO, 2007, p.39).

No que se refere à parte pedagógica, a Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel” prioriza-se o trabalho coletivo a partir de reuniões quinzenais para elaboração do planejamento e de projetos, aproveitando o momento do encontro para fazermos uma reflexão e avaliação dos trabalhos desenvolvidos

como também a troca de experiências visando à participação de todos os envolvidos no processo educacional.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

A Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel” oferecerá em seu espaço, uma interação constante entre os segmentos do cotidiano escolar, favorecendo o diálogo e a colaboração para o clima de amizade, confiança e respeito, destacando o comportamento ético que promova a vivência nos trabalhos coletivos.

Para tanto, contamos com a participação dos professores, demais funcionários e alunos, priorizando a participação de pais, criando um vínculo de cooperação, respeito às diferenças e o cuidado com o outro, no âmbito da gestão democrática, como afirma Gracindo, (2007):

Se é verdadeira a afirmação de que para concretizar a gestão democrática, é fundamental a participação de todos os envolvidos no processo educativo, tanto na tomada de decisão, como no compartilhamento do poder; parece natural perceber porque é importante que o (a) funcionário (a) da escola reflita, debata e pratique a gestão democrática. (GRACINDO, 2007, p.13)

Neste caso, a gestão democrática está sendo importante não só para os participantes da parte administrativa, mas também todos os membros escolares como Gracindo, (2007) conclui:

Assim, é possível compreender que a gestão democrática é importante não só para o (a) Diretor (a) da escola, uma vez que deve também ser discutida, compreendida e exercida pelos estudantes, funcionários, professores, pais e mães de estudantes, gestores, bem como pelas associações e organizações sociais da cidade e dos bairros. (GRACINDO, 2007, p. 13)

Dessa forma, os docentes reúnem-se a cada quinze dias, visando maior interação e troca de experiências, inclusive intervenções que colaborem para que todos os alunos avancem em relação ao conteúdo tratado.

Além disto, a convivência é pautada pela colaboração e integração entre escola e comunidade. Quando trabalhamos em equipe afim de alcançar um mesmo objetivo, fica mais fácil de consegui-lo, caso contrário perdemos o foco para buscar objetivos individualistas, assim mostra Gracindo, (2007):

Quando as partes desse trabalho se distanciam, quando seus membros perdem a noção da totalidade e, muitas vezes, percebem sua “parte” como “o todo”, a escola tende a ver seu esforço se esvair na fragmentação. Tornam-se partes autônomas que não se relacionam. Fragmentam o conhecimento e todos os sujeitos envolvidos no trabalho escolar. E, fragmentados, os sujeitos perdem a dimensão do viver em sociedade, pois ficam individualizados nos seus desejos e lutas.

As reuniões bimestrais são realizadas em um horário compatível com a rotina dos pais, favorecendo a participação e parceria no processo de decisão no que se refere ao ensino-aprendizagem, contribuindo com a transformação da escola democrática que buscamos. (GRACINDO, 2007, P.64)

Dessa forma as relações de trabalho, o objetivo coletivo, a tomada de decisão em equipe é primordial na construção de uma educação de qualidade.

6.1. AS SITUAÇÕES DE CONFLITO

Escola é lugar no qual há uma intensa convivência entre diferentes seja no que diz respeito à religião, hábitos culturais, artísticos, sociais e comportamentais. Sendo assim, a ocorrência de conflitos é algo que acontece sem que possamos esperar, mas a gestão escolar tem como amenizar os resultados de tais ações acionando o Conselho Colegiado de alunos pais e mestres da Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel”, para que juntos possamos estabelecer formas de comportamento padrão nos estudos e consequentes penalidades aplicadas aos alunos indisciplinados e ou infratores. Desta forma a tomada decisão e aplicação de penalidades tomam um caráter mais impessoal, pois a definição final das possíveis penalidades será apontada em votação direta, por membros do Colegiado Escolar composto por

professores, pais e alunos da Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel” afim de darmos um tom democrático e de seriedade ao que for definido por tais membros, como mostra Japencanga, (2010).

A democracia não surge por acaso, bem como escolas democráticas. Resultam de muitas lutas, conflitos e esperanças de uma sociedade, de escolas alternativas. Vale salientar que compreendemos a participação como processo em que todos aqueles diretamente envolvidos têm o direito de tomar decisões no interior de uma dada organização. (JAPENCANGA, 2010, p.46)

6.2. CONFLITOS ENTRE CRIANÇAS

Para que possamos ter sucesso nas abordagens de conflitos que envolvam crianças tomaremos como padrão de comportamento a observação diária nos momentos de interação entre as crianças como: horário de entrada, horário de recreio, aula de educação física e horário de saída, pois nem todo conflito deve ser cerceado uma vez que tal comportamento também faz parte do desenvolvimento social, pois é a partir de situações conflito que exigimos nosso direito de voz e de participação.

Conflitos entre crianças devem ser discriminados, pois podem surgir de várias esferas diferentes como: agressão verbal, agressão física, preconceito, bullying e para cada tipo de conflito deve haver uma forma de ação por parte do Serviço de Supervisão Escolar e Gestão Escolar.

Para os casos de agressão verbal tomaremos como medida o diálogo e a anotação do evento em livro próprio com assinatura de professora, supervisora e membro da direção escolar. Em caso de reincidência os pais serão chamados e a eles será esclarecido o primeiro episódio ocorrido e registrado. Neste segundo momento os pais serão advertidos de que tal comportamento deve mudar, bem como serão orientados sobre como ajudar a escola neste caso.

Caso a família seja chamada e os problemas continuem a Gestão da Escola e o Serviço de Supervisão Pedagógica elaborará relatório do aluno e

encaminhará o caso para o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente e pedirá o acionamento dos pais por esta instituição a fim de resolvermos os problemas encontrados e que não foram solucionados a luz da direção escolar e da participação da família apenas.

6.3. CONFLITO ENTRE ADULTOS

As situações que envolvam adultos deverão ser resolvidas a partir de reunião com envolvidos e membros do Colegiado Escolar. Este tipo de reunião deverá ter mais da metade dos membros do Colegiado Escolar, bem como dos envolvidos em situação de conflito. A Direção da Escola terá como base o Código de Ética do Servidor Público, mas como a Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel” é regida pela Secretaria de Educação da Prefeitura, tomaremos como base o Código de Ética do Servido Público Estadual de Minas Gerais até que a Administração da Secretaria Municipal de Educação elabore um Código de Ética para o Servidor Público Municipal.

Para que todos tenham conhecimento do reza o Código de Ética do Servidor Público do Estado de Minas Gerais promoveremos reuniões no início do ano letivo a fim de ganharmos embasamento para concepção de um Código de Ética e de conduta do Servidor da Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel”.

Toda ação do Colegiado Escolar deverá ser registrada em livro próprio de Ata comum a ciência de todos os participantes e envolvidos. As possíveis penalidades e ou advertências serão aplicadas conforme a definição do órgão Colegiado.

6.4. A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Todos servidores da Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel” são graduados e no que diz respeito a formação continuada, a escola procurará estabelecer parcerias a fim dinamizarmos a formação profissional

com o oferecimento de palestras e cursos nas dependências da instituição, como já é feito com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e outras entidades da cidade.

A Secretaria de Educação é a maior responsável em ofertar tais possibilidades de continuidade e aperfeiçoamento dos servidores da educação e muitos servidores municipais da educação estão participando de cursos de aperfeiçoamento em universidades particulares e públicas de nosso estado e país como o curso de gestão, de língua portuguesa, contra drogas dentre outros.

Podemos entender como formação continuada a experiência que temos vivenciado com outras escolas no projeto troca de experiências exitosas, pelo menos uma vez por mês. Em tal projeto nossa escola se torna parceira de outra escola e em reunião pedagógica os servidores mostram como estão vencendo seus desafios e superado os obstáculos que diariamente insistem em aparecer.

6.5. A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA

A participação da família é o principal ingrediente que trará o sucesso para o âmbito da escola na resolução de conflitos e busca de soluções, pois a família pode trazer o conhecimento da comunidade para dentro da escola. Não importa a formação acadêmica dos pais, não importa se sabe ler ou não, não importa o tipo de trabalho que realiza o que importa é a participação de pais e ou responsáveis na organização e implantação de regras no ambiente escolar de forma que a democracia possa ser realmente vivida pelos familiares, professores e alunos da Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel”.

A fim de incrementar este processo de participação familiar no âmbito escolar vamos promover mensalmente hora da leitura e do conto e estes momentos serão coordenados por pais e mães de alunos, bem como seus avôs e avós, os quais serão convidados para contarem histórias sobre como nossa cidade era no passado e quais diferenças estão percebendo na

atualidade, com isso nossas crianças aprenderão de forma sólida sobre a sociedade e cidade em que moram. Assim sendo, terão a oportunidade de mudarem a forma de verem e conviverem em nossa cidade.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação do desempenho escolar busca avaliar o nível de desenvolvimento do aluno, levantar dificuldades e possibilidades a fim de programar as ações educacionais necessárias e promover meios de recuperação e de aproveitamento de estudos.

Para a avaliação pedagógica do processo de ensino-aprendizagem dos alunos da Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel”. Tem-se como princípio a ideia de que a avaliação é um importante mecanismo para gestão escolar, uma vez que identifica os avanços e dificuldades a serem sanadas.

Assim, conforme Souza (2010),

A avaliação da escola deve ser diferenciada da avaliação da aprendizagem dos alunos, mesmo que ambas estejam bastante relacionadas e sejam inclusive interdependentes. Avaliação da aprendizagem [...] serve tanto para análise do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, quanto como parâmetro para avaliação do trabalho do professor, A análise das condições institucionais da escola pode ajudar, diversas vezes, inclusive a explicar os resultados da avaliação da aprendizagem, por seu turno, é um importante referencial para a avaliação institucional, (SOUZA, 2005, p.1).

Dessa forma, não só o conhecimento dos alunos é levado em conta, mas também o desenvolvimento da instituição como um todo.

Ainda sobre o processo de avaliação dos estudantes, utilizamos como recurso pedagógico, provas, trabalhos de pesquisa, lista de exercícios (individuais ou em grupo), entre outros instrumentos de avaliação, a critério do professor. Como parte do processo de aprendizagem e como função diagnosticadora, nenhum instrumento adotado para avaliar poderá ser

valorizado acima de 60% (sessenta por cento) dos pontos distribuídos para o período.

Busca-se priorizar nas correções de provas e trabalhos, o que o aluno aprendeu e não o que ele errou, sua evolução na aprendizagem é importante assim como a detecção do erro, pois é através dele que verificamos onde o estudante deve melhorar. Temos que diferenciar avaliação de exame. Em uma prova, por exemplo, ela é exame quando simplesmente tiramos pontos pelo erro e atribuímos ao acerto, já a avaliação vai além, ela busca analisar o avanço do aluno e o que ele pensou ao elaborar uma questão de forma incorreta, para que esse erro seja esclarecido.

A verificação do rendimento escolar tem por finalidade aferir o desempenho do aluno e o aperfeiçoamento do processo de aprendizagem. Deverá ser constante e continua de competência e responsabilidade não só, mas principalmente do professor por estar mais perto do aluno em seu dia a dia escolar. O processo de avaliação dos discentes envolve todo o pessoal técnico e administrativo da escola e compreenderá: avaliação de aproveitamento; controle da frequência; análise da participação e do interesse do aluno pelos estudos; a avaliação do relacionamento humano do aluno em sala de aula, nas dependências da escola, nas atividades em geral e sua competência ética e crítica, estimulando a auto avaliação como base para a formação humana e integral.

Quanto aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, a escola oferece a recuperação paralela, apoio e acompanhamento durante as aulas, priorizando as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Portanto, como está no Regimento Escolar da Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel”, no decorrer do ano letivo, o aluno que não atingir 60% (sessenta por cento) de aproveitamento será pleiteado a Estudos Autônomos, sendo eliminada toda a sua pontuação anual e validada a média final através de uma avaliação global no valor de 100 (cem pontos).

Os processos da avaliação deverão considerar os quatro pilares da Educação para o século XXI citados no relatório para UNESCO por DELORS

(1999, p. 89 – 101): “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros, e aprender a ser”.

Na avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno serão utilizados instrumentos diversos para verificação, tais registros são indispensáveis para o acompanhamento dele no processo de aprendizagem, pois, visa os aspectos humanos e a sua formação integral.

A distribuição dos pontos está prevista no Regimento Escolar, onde consta que os conteúdos da Base Comum: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências, totalizam 100,00 (cem) pontos cumulativos, assim distribuídos nos quatro bimestres letivos:

1º Bimestre	25 (vinte e cinco) pontos
2º Bimestre	25 (vinte e cinco) pontos
3º Bimestre	25 (vinte e cinco) pontos
4º Bimestre	25 (vinte e cinco) pontos

1º ao 4º Bimestre	
Avaliação	10 (dez) pontos
Teste	8 (oito) pontos
Formação Humana	7 (sete) pontos

O Regimento Escolar descreve que:

- a) 90% do valor do período serão atribuídos aos aspectos cognitivos (avaliações, testes e/ou trabalhos, etc.);
- b) 10% do valor do período serão atribuídos aos aspectos de formação humana. Dos 40% de formação humana, será aplicada uma distribuição específica aos aspectos pré-determinados:
 - 1) - Frequência – 2,5%; 2) – Relacionamento – 2,5%; 3) – Participação - 2,5%; 4) – Auto avaliação - 2,5%. (REGIMENTO ESCOLAR DA

Para os conteúdos de Literatura Infanto-juvenil, Artes, Ensino Religioso, Oficinas de Teatro e Educação Física são avaliados bimestralmente através de conceitos, assim distribuídos:

O - Ótimo	81 a 100%
B - Bom	51 a 80 %
P - Progredindo	29 a 50%

Em relação aos indicadores de desempenho a situação de aprendizagem dos alunos é a seguinte:

O conceito passou a ser atribuído em todos os conteúdos, (Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências e Ensino Religioso) apenas para o primeiro ano do Ensino Fundamental.

O correto é considerar a avaliação tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo onde a qualificação deve contar com a apreciação qualitativa dos resultados obtidos.

Desta forma, os instrumentos de avaliação perpassam pelas adequações metodológicas e didáticas fundamentais para situar o aluno nas dificuldades de aprendizagem e conhecimento com os quais os professores poderão trabalhar e adotar métodos e técnicas de ensino e aprendizagem específicos para o aluno.

Libâneo (2004) expõe suas ideias sobre avaliações:

A prática da avaliação pressupõe a relação entre professor, conhecimento e sujeito do conhecimento. Em outras palavras: a avaliação está vinculada ao que o professor considera conhecimento válido, útil, desejável e ao que o professor considera ser o processo de construção desse conhecimento e o professor como mediador e orientador desse processo. (LIBÂNEO, 2004, p. 253)

Contudo, para acompanhar a viabilidade do mecanismo de avaliação na Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel”, a Equipe Pedagógica da escola busca acompanhar o trabalho dos docentes seja na sala de aula, seja no Conselho de Classe, ou reunião quinzenal, cujo propósito é orientar acompanhar todo processo de ensino-aprendizagem de nossos alunos.

7.1. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS GESTORES

A avaliação dos gestores será feita em dois momentos distintos, uma no mês de julho a qual avaliará o plano de trabalho de gestor, suas metas e objetivos, para este primeiro momento são analisados, se o gestor alcançou seus objetivos totalmente, parcialmente ou se não alcançou. Tal avaliação será feita por comissão própria, eleita pelos servidores e presidida pela Secretária de Educação do Município, por ser o chefe imediato. No segundo momento, no mês de dezembro, haverá a segunda entrevista para fins de avaliação de desempenho. Em tal momento o gestor será notificado de sua nota.

7.2. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROFESSORES E DEMAIS SERVIDORES

A avaliação de desempenho dos professores será feita seguindo os mesmos critérios da avaliação de gestores. São dois momentos também, e ambos bem parecidos, mas os professores podem optar por não participarem da segunda entrevista avaliativa e para isso os mesmo têm que escrever declaração de próprio punho relatando seu desejo de não participar da entrevista com a chefia imediata e com a comissão de avaliação de desempenho. Caso o servidor não aceite a nota a ele atribuída terá o direito de em 48 horas recorrer do resultado.

7.3. CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E REGISTRO

A avaliação de aprendizagem do ensino fundamental deve ser um processo contínuo, diagnóstica baseada em objetivos claros para cada ano de escolaridade a fim de organizar a prática educativa em função da necessidade de desenvolvimento dos alunos. De acordo com o Regimento Escolar da Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel”, (2012):

Será garantido aos pais, em qualquer tempo, o acesso aos resultados das avaliações da aprendizagem de seus filhos;
Os resultados das avaliações de aprendizagem devem ser comunicados bimestralmente aos pais e alunos, por escrito, utilizando-se notas (25 pontos cada bimestre, na Educação Básica). (REGIMENTO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL “MARIA EUGÊNIA PAIXÃO MACIEL”, 2012, p. 29)

Entendemos a avaliação como um processo contínuo e cumulativo, contextualizado por toda comunidade escolar. O aluno será avaliado diariamente, ou seja, dos 25 pontos de cada bimestre os professores deverão distribuir 7 pontos em atividades diárias. Em tais atividades diárias os alunos serão avaliados pela frequência à escola, pela participação nas aulas: oral e escrita, por fazer atividades de casa, por fazer atividades da escola, pelo comportamento, pela integração com demais alunos e professores. Desta forma os alunos poderão alcançar suas médias apenas sendo frequentes e participativos às aulas e responsáveis com suas obrigações.

Os 18 pontos restantes deverão ser distribuídos em forma de testes, exercícios avaliativos e finalmente a avaliação bimestral e esta nunca poderá passar o total de 10 pontos. Sendo assim, os alunos terão mais chances de obter sucesso em suas avaliações, bem como na qualidade do aprendizado, pois com a avaliação diária e constante o sucesso fica mais fácil de ser alcançado, pois o aluno constrói sua nota no decorrer dos dias de aula e não apenas em uma ou duas avaliações.

A avaliação deve incorporar, além da dimensão cognitiva, outras dimensões (culturais, sociais, biológicas e afetivas) as quais fazem parte do processo de formação integral do educando, para isso serão concebidos projetos com fins diversos, mas que aplaquem em suas essências estes ideais.

Os aspectos qualitativos prevalecerão sobre os quantitativos, ou seja, não serão mais aceitos questionários ou a famosa “decoreba”. Daremos total ênfase no que entendemos como qualidade, os resultados obtidos ao longo do período escolar terão mais valor de pontos do que as avaliações bimestrais ou finais, justamente por serem contínuos e cumulativos e por oportunizarem uma maior possibilidade de sucesso ao alunado da Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel”.

Temos que enxergar a Avaliação como um instrumento auxiliar na melhoria dos resultados, como um diagnóstico da execução e dos resultados esperados. Através de Avaliações internas constantes iremos permear todo o planejamento adequado às aplicações metodológicas de acordo com o ritmo dos alunos e como estratégia pedagógica na qual deveremos aplicar as intervenções pedagógicas para alcançar metas que irá melhorar a qualidade de ensino e buscar sanar os problemas da não aprendizagem apresentados. Como instrumento de verificação e acompanhamento do desempenho dos alunos, é utilizarmos o Conselho de Classe, que norteia todo o processo apontando as reais necessidades a serem combatidas na aprendizagem que será realizado nos meses de maio/julho/outubro e dezembro de 2014.

A verificação do rendimento escolar se faz seguindo os seguintes critérios de acordo com o Regimento Escolar da Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel” (2012):

Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno durante o ano letivo e nos períodos finais; Possibilidades de aceleração de estudos concluídos com êxito; Obrigatoriamente estudos de recuperação, de preferência paralelas ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar(...)O aluno será avaliado considerando os progressos e dificuldades por conteúdos curriculares de acordo com as orientações; (REGIMENTO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL “MARIA EUGÊNIA PAIXÃO MACIEL”, 2012, p.21)

7.4. ESTUDOS DE RECUPERAÇÃO

A recuperação é uma estratégia de intervenção deliberada no processo educativo visando proporcionar ao aluno novas oportunidades para sanar as

deficientes no processo ensino-aprendizagem que não foram supridas no decorrer daquele mês ou semestre letivo.

Os estudos de recuperação de caráter obrigatório representam, de fato uma nova oportunidade de aprendizagem, sendo pois uma consequência do processo educativo para garantir ao aluno a superação de dificuldades no seu percurso escolar. Mas, muitos não têm a consciência formada da importância que ela traz para o mesmo (a), aliás, muitos faltam, não justificam sem se preocupar com seu futuro educacional, deixando a Escola em situação difícil para atualizar sua escrituração escolar. A modalidade de recuperação é prevista no Regimento Escolar.

O Processo de Intervenção Pedagógica deverá ser compartilhado coletivamente por todos: PEUBS, Professores Eventuais e colaboradores da comunidade local e escolar. Caberá também cada professor seguir a critério seu registro diário conforme documentação entregue pela direção como meio de avaliar rotineiramente seu(a) aluno(a) no seu desempenho em sala de aula. No final será consolidada sua real situação escolar.

Reunir sempre que necessário com os pais de alunos com dificuldades de aprendizagem e comportamento separadamente, providenciar se possível acompanhamento neuropsicológico para viabilizar laudo.

Os docentes necessitam de novas capacitações junto as Analistas da SER/JF de como trabalhar com atividades práticas com baixo desempenho de alunos que apresentam déficit de aprendizagem dentre outros.

Outros recursos seriam: professores de Educação Física deverão trabalhar mais as séries iniciais dando ênfase a coordenação motora, também priorizar a leitura sempre e principalmente nos primeiros anos iniciais, professores promovendo sempre trocas de experiências ricas, simples que surtem efeitos imediatos na intervenção.

A Intervenção terá que iniciar logo após diagnosticar toda a escola no início do ano letivo, e a seguir planejar estratégias condizentes com cada problema detectado, só assim será válido iniciar um trabalho coeso e eficaz na busca de propor ajustes e reajustes no tempo hábil para que os resultados cheguem positivamente e com mais solidez.

Além de tudo isso os processos de recuperação deverão ser paralelos e concomitantes aos dias de estudos posteriores às avaliações bimestrais com registro em livro próprio sobre como tal intervenção pedagógica está ocorrendo, com qual frequência, qual conteúdo está sendo cobrado do alunado com defasagem de aprendizado. Estes registros servirão posteriormente, nos conselhos de classe, para estudo sobre o envolvimento das famílias neste processo, bem como sobre os

resultados alcançados por professores no que diz respeito ao número de alunos que aderiram e procuraram realizar as atividades pedidas e aqueles que se negaram a fazer tais procedimentos para recuperação média das notas bimestrais.

7.5. CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO

Os procedimentos de CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO seguirão o que reza a Resolução 2197 de 26 de outubro de 2012 da SEE-MG, e consta também no Regimento Escolar da Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel” (2012):

Art. 17 O recurso da classificação tem por objetivo posicionar o aluno em qualquer ano da Educação Básica, compatível com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento, nas seguintes situações:

- I - por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, o ano anterior, na própria Escola;
- II - por transferência, para alunos procedentes de outra Escola situada no País ou no exterior, considerando a idade e desempenho;
- III - independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e idade do aluno.

Parágrafo único. Os documentos que fundamentarem e comprovarem a classificação do aluno deverão ser arquivados na pasta individual.

Art. 18 A reclassificação é o reposicionamento do aluno no ano diferente de sua situação atual, a partir de uma avaliação de seu desempenho, podendo ocorrer nas seguintes situações:

- I - avanço: propicia condições para conclusão de anos da Educação Básica, em menos tempo, ao aluno portador de altas habilidades comprovadas por instituição competente;
- II - aceleração: é a forma de reposicionar o aluno com atraso escolar em relação à sua idade, durante o ano letivo;
- III - transferência: o aluno proveniente de Escola situada no País ou exterior poderá ser avaliado e posicionado, em ano diferente ao indicado no seu histórico escolar da Escola de origem, desde que comprovados conhecimentos e habilidades;
- IV - frequência: ao aluno com frequência inferior a 75% da carga horária mínima exigida e que apresentar desempenho satisfatório.

Parágrafo único. Os documentos que fundamentarem e comprovarem a reclassificação do aluno deverão ser arquivados na pasta individual do aluno. (REGIMENTO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL “MARIA EUGÊNIA PAIXÃO MACIEL”, 2012, p.21):

Essas formas de avanços de estudo permitem que os alunos com menor rendimento escolar devido a suas limitações e dificuldades, prossigam com os estudos de acordo com sua idade e a dos colegas, sendo assim essa

estratégia também é uma forma de que aquele aluno com dificuldade não se sinta excluído e sim valorizado em seus conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos na elaboração do PPP (Projeto Político Pedagógico) uma maior organização da Escola Municipal “Maria Eugênia Paixão Maciel”. Com o intuito de promover uma educação de qualidade visto que fazemos parte do processo de construção do conhecimento e formação profissional e pessoal de nossos estudantes.

Buscamos uma escola que disponha de uma educação de qualidade que prepare o aluno que por ela passar, para a vivência e decisões na sociedade em que está inserido e para o mercado de trabalho. Permitindo e incentivando a permanência desses sujeitos, em uma escola aberta sem discriminação, enriquecendo as relações entre alunos, professores, pais e pessoas da comunidade escolar e da sociedade.

Sendo que tal documento represente um instrumento transformador no dia a dia da escola. Entretanto só conseguiremos atingir nossos propósitos se todos os membros da comunidade escolar trabalharem juntos em prol de um mesmo objetivo. Vejamos o ponto de vista de Vasconcellos (2002):

Nesse sentido, convém aclamar, segundo o ponto de vista daqueles que participam efetivamente do processo, o que, de fato, constitui um PPP: o Projeto Político-Pedagógico (ou Projeto Educativo) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. (VASCONCELLOS, 2002, p.169).

O PPP (Projeto Político Pedagógico) permite à escola enriquecer sua autonomia, principalmente quando temos a participação dos pais, funcionários,

alunos e demais membros da comunidade escolar. Neste âmbito, a participação de todos, em uma gestão democrática, diminui o sentimento individualista e a rivalidade dentro do ambiente escolar.

Para finalizar, lembrando que o PPP (Projeto Político Pedagógico) não é simplesmente uma parte burocrática da instituição, a prática necessária das metodologias teorizadas presentes nele, permite seguir caminhos que levem a uma educação de qualidade, a uma gestão democrática que aceita quebrar as barreiras enfrentadas para chegar a esse fim.

REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. **A Organização do Ensino Fundamental em Ciclos: algumas questões.** Revista Brasileira de Educação, v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a04.pdf>. Acesso em 29/06/2014

AZEVEDO, Janete Maria Lins. **O PPP no contexto da gestão escolar.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em março de 2014

BRASIL. Lei nº 9394 de 20/12/1996. **Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nova LDB.** Rio de Janeiro: Dumy/ Qualitymark

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. Educação e Sociedade,** Campinas, vol. 28, n.100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em 29/06/2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Direito à Educação: **Um campo** de atuação do gestor educacional na escola. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 07 de julho 2014.

DOMINGUES, G. S. **As chaves da gestão escolar e o processo de participação da escola.** Disponível em:

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CDM QFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.isapg.com.br%2F2012%2Fciepg%2Fdown.php%3Fid%3D2720%26q%3D1&ei=mru9U9KuHuggsQT-zID4Aw&usq=AFQjCNFytSykKSAcixAqVzUEJbONyfEq3A&sig2=y-LXR9mPvnK2MFpv3WjE_w. Acesso em 08 de julho 2014.

DOURADO, Luiz Fernando. **A qualidade da educação.** Disponível em: < http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf%20qualidade%20_da_educacao.pdf> Acesso em 02 julho 2014.

ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR TEODORO COELHO, **Projeto Pedagógico Escolar 2012** disponível em http://www.teodorocoelho.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=48:projeto-pedagogico-escolar&Itemid=2.

ESCOLA MUNICIPAL MARIA EUGÊNIA PAIXÃO MACIEL: **Regimento Escolar**, 2012.

FORMIGA, M. G. F. **O Administrativo e o Pedagógico na Gestão Escolar**/ Maria das Graças Freire Formiga. São Bernardo do Campo, 2007.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclos ou séries? O que muda quando? se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola?** Reunião Anual da ANPEd, Caxambu (MG) de 21 a 24 de novembro de 2004. Disponível em: http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te_luiz_carlos_freitas.pdf Acesso em 29/06/2014.

GONÇALVES, J. S.; CARMO, R. S. **Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão**. Belém, Pará: UNAMA, 2001.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão democrática nos sistemas e na escola.** / Regina Vinhaes Gracindo. – Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

JAPENCANGA, A. P. **A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica**. São Paulo: UEMS, - GONÇALVES, Juçara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão**. Capítulos 2, 3 e 4. Disponível em: http://gephispnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/gestao_escolar_e_o_processo_de_tomada_de_decisao.pdf. Acesso em 29/06/2014

LIBÂNIO, José Carlos. **Concepções de Avaliação da Aprendizagem na Escola**. (2004. p. 253).

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas políticas de Currículo. Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.2, pp.33-52, Jul./Dez 2006. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/lopes.pdf>. Acesso em 29/06/2014

MINAS GERAIS (Estado) Resolução Conjunta SEPLAG/SEE nº 7.110 DE 06 DE JULHO DE 2009. Define metodologia de Avaliação de Desempenho Individual – ADI – e Avaliação Especial de Desempenho – AED – dos servidores em exercício na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.planejamento.mg.gov.br/images/documentos/gesta_pessoas_gest_de_sempenho/avaliacao_especial_desempenho_aed/resol_conj_7110.pdf>. Acesso em 19/08/2014.

MINAS GERAIS (Estado). Resolução 2197 de 26 de outubro de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7BD79D0911-31B5-44F6-908F-98F77FEFE621%7D_RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%202164.pdf>. Acesso em 20/08/2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Gestão democrática da educação**. BOLETIM 19, OUTUBRO 2005 disponível em http://www2.ifrn.edu.br/ppi/lib/exe/fetch.php?media=textos:03_gestao_democratica_textos.pdf. 01 de julho 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, 2007. MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços.** Educação & Sociedade, ano XXI, n.º 73, Dezembro/2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4210.pdf>. Acesso em 29/06/2014

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura** / Antônio Flávio Barbosa Moreira, Vera Maria Candau; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa.** 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 07 de julho 14.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.) **Avaliação: o processo e o produto.** Brasília: MEC/SEB, 2004, p. 38-40. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte VII e VIII). Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 29/06/2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de; **A construção coletiva do PPP da escola.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em abril de 2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Avaliação institucional: A avaliação da escola como Instituição. Gestão e avaliação da educação escolar.** Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. da UFPR, 2005, p.32-38. 42 p. - (Gestão e avaliação da escola pública; 4). Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 29/06/2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo. **Caminhos Possíveis na Construção da Gestão Democrática da Escola.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em março 2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Níveis do planejamento educacional.** 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=4734&advanced=0&paging=&page=1>. Acesso em 03 julho 2014 .

STURION, F. **Projetos na Educação Infantil.** Disponível em <http://www.unimep.br/phpg/mostracademica/anais/4mostra/pdfs/593.pdf>. Acesso em 01 de julho 2014.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto-Político-Pedagógico- elementos metodológicos para elaboração e realização.** 10º ed., São Paulo: Libertad, 2002.